Relatório Anual das Actividades do Comité Antifraude do Banco Central Europeu

– Referente ao período de Janeiro de 2000 a Janeiro de 2001 –

26 de Janeiro de 2001

SUMÁRIO

1.	Criação e actividades do Comité Antifraude do Banco Central Europeu	3
2.	Observações do Comité Antifraude do Banco Central Europeu	4
3.	Conclusão	5

BANCO CENTRAL EUROPEU

COMITÉ ANTIFRAUDE

RELATÓRIO ANUAL

I. Criação e actividades do Comité Antifraude do Banco Central Europeu.

O Comité Antifraude do Banco Central Europeu (CAF) foi instituído pela Decisão ECB/1999/5, de 7 de Outubro de 1999, relativa à prevenção da fraude¹. Foram nomeados membros do referido Comité o Dr. Erik Nordholt, o Dr. Juiz John L. Murray e a Dra. Schaumayer².

O CAF iniciou as suas actividades em Janeiro de 2000, tendo reunido por quatro vezes entre essa data e Janeiro de 2001. O referido Comité nomeou o Dr. John L. Murray como Presidente e estabeleceu normas de procedimento próprias.

No que respeita às responsabilidades que lhe foram cometidas pela Decisão BCE/1999/5 de 7 de Outubro de 1999, durante o período a que o presente relatório se refere o CAF levou a cabo as seguintes actividades³:

- ♦ o CAF esteve em contacto com a Direcção de Auditoria Interna do BCE, tendo acompanhado as suas actividades no domínio da prevenção e detecção da fraude. Para o efeito o Director da Auditoria Interna enviou ao CAF o programa das actividades em questão e manteve-o regularmente informado dessas actividades,
- ♦ o CAF acompanhou os processos tendentes à aplicação do Código de Conduta do BCE das Regras respeitantes às Operações de Iniciado e à preparação de um Código de Despesas dos Membros da Comissão Executiva,

¹ JO L 291 de 13.11.99, p. 36. Em relação com o exposto, foi aditado um novo Artigo 9.º-A ao Regulamento Interno do Banco Central Europeu – veja-se o JO L 314 de 8.12.1999, p. 32.

² V. a Decisão BCE/1999/8 de 16 de Novembro de 1999, que nomeia os membros do Comité Antifraude do Banco Central Europeu, JO 299 de 20.11.1999, p. 40.

³ Nos termos do n.º 9 do artigo 1.º da Decisão BCE/1999/5 do BCE, o CAF é responsável pelas relações com o Comité de Fiscalização do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) referido no artigo 11º do Regulamento (CE) n.º 1073/199 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 136 de 31.5.1999, p. 1). Este relacionamento reger-se-á por princípios a estabelecer em decisão do BCE. No entanto, a adopção de uma tal decisão pelo BCE tem vindo a ser adiada devido à pendência de uma acção judicial interposta pela Comissão (C-11/00, Comissão/BCE), pela qual esta impugna a Decisão BCE/1999/5. Por esse motivo, o CAF não tentou ainda estabelecer relações de correspondência com o Comité de Fiscalização do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

- ♦ durante o seu primeiro ano de existência, o Comité reuniu para efeitos de organização interna e com os objectivos de se familiarizar com a estrutura de controlo interno do BCE e de acompanhar as actividades deste no capítulo da detecção e prevenção da fraude,
- ♦ o CAF anota com satisfação que o Código de Conduta do BCE e as Regras respeitantes às Operações de Iniciado já se encontram finalizadas e serão publicadas em breve no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, esperando que o Código de Despesas dos Membros da Comissão Executiva seja adoptado num futuro próximo,
- ♦ na sequência das instruções do CAF, e em representação deste, foi distribuída a todos os membros do pessoal do BCE uma circular visando dar conhecimento do papel e funções do CAF e, em especial, do direito de que assiste aos membros do pessoal de informarem directamente o CAF (e/ou a Direcção de Auditoria Interna) de qualquer fraude ou outras actividades ilegais lesivas dos interesses financeiros do BCE.

2. Observações do Comité de Luta Antifraude do Banco Central Europeu

Tendo em conta a Decisão BCE/1999/5, as observações do CAF relativamente ao período a que o presente relatório se refere são as seguintes:

- ♦ não foi detectada qualquer fraude ou outra actividade lesiva dos interesses financeiros do BCE,
- ♦ não foi detectado qualquer incumprimento das normas internas e/ou dos códigos de conduta do BCE aplicáveis⁴,
- ♦ não houve necessidade de se efectuar qualquer investigação relacionada com uma eventual fraude ou outra actividade lesiva dos interesses financeiros do BCE,
- ♦ não se verificou qualquer instância em que a administração ou os órgãos de tomada de decisão não tenham actuado segundo as recomendações em matéria de prevenção ou detecção da fraude ou relativas ao cumprimento das normas e/ou códigos de conduta aplicáveis do BCE,
- ♦ não houve necessidade de enviar informação às autoridades judiciais de qualquer Estado-Membro,

⁴ Relativamente às correspondentes regras contidas em diversas medidas de carácter interno (nas Regras aplicáveis ao Pessoal do BCE, por exemplo), a ideia que enforma o Código de Conduta já era aplicável no seio do BCE enquanto o Código em si ainda se encontrava em fase de elaboração.

- ♦ o CAF não recebeu de nenhum membro do pessoal do BCE nem de qualquer outra pessoa quaisquer informações sobre uma eventual fraude ou outra actividade lesiva dos interesses financeiros do BCE,
- ♦ o CAF não recebeu de nenhum membro do pessoal do BCE qualquer queixa relativa a um acto ou omissão por parte da Direcção de Auditoria Interna que o tenha eventualmente afectado em consequência das actividades referidas na Decisão BCE/1999/5.

3. Conclusão

À luz dos relatórios e da informação recebida pelo CAF, este não vê qualquer motivo de preocupação relativamente ao funcionamento da estrutura de controlo interno do BCE já estabelecida ou às medidas de precaução adoptadas pelo BCE em matéria de prevenção e detecção de fraudes.

O pessoal do banco, nomeadamente o da Direcção de Auditoria Interna, prestou sempre toda a colaboração necessária ao CAF para a execução das suas tarefas, disponibilizando toda a informação ou documentação por ele solicitada.

O CAF acolhe com agrado o processo permanente para o estabelecimento de procedimentos e controlos internos com vista à prevenção da fraude com base em normas internacionais. O CAF continuará a analisar e acompanhar a aplicação dos códigos de conduta e de outros procedimentos ou controlos internos à luz destas normas e do princípio das “melhores práticas”.

26 de Janeiro de 2001

John L. Murray
Presidente do CAF
[assinado]

Maria Schaumayer
Membro do CAF
[assinado]

Erik Ernst Nordholt
Membro do CAF
[assinado]